

PERCEPÇÃO, TEMPO DE PERCEPÇÃO, PERCEPÇÃO DE TEMPO

André Barata

*Universidade da Beira Interior, IFP
Instituto de Filosofia Prática*

RESUMEN: Desde un punto de vista conceptual, el tiempo es independiente respecto de la experiencia del tiempo. Es decir: puede darse una descripción conceptual del tiempo sin referencia ninguna a términos relacionados con la conciencia subjetiva del tiempo. Pero en lo concerniente a una fenomenología de esa experiencia subjetiva del tiempo, puede revelarse que tal experiencia de tiempo es, ella en sí misma, temporal? Los mismísimos términos empleados en una descripción conceptual del tiempo, como "cambio" y "duración", están implicados en la descripción fenomenológica de toda percepción, incluida la percepción del tiempo. Esto autoriza una caracterización de la experiencia subjetiva del tiempo como tiempo subjetivo. Finalmente, sobre la base de la naturaleza temporal de la percepción del tiempo, sugeriré una explicación racional de nuestra experiencia común de asimetrías entre el tiempo subjetivo y el tiempo objetivo.

PALABRAS CLAVE: Percepción, tiempo de la percepción, percepción del tiempo.

PERCEPÇÃO, TEMPO DE PERCEPÇÃO, PERCEPÇÃO DE TEMPO

RESUMO: De um ponto de vista estritamente conceptual, o tempo é independente da sua experiência –é possível dar uma descrição conceptual do tempo sem qualquer referência a termos de algum modo relacionados com a consciência subjetiva do tempo. No entanto, já no que respeita a uma fenomenologia da experiência subjetiva do tempo, pode ser posto em evidência que tal experiência do tempo é, ela mesma, e por si mesma, uma experiência temporal. Com efeito, os mesmo termos empregues numa descrição conceptual do tempo –termos como "mudança" e "duração"– estão implicados na descrição fenomenológica de toda a percepção, incluindo a percepção do tempo. Isto vem autorizar uma caracterização da *experiência subjetiva do tempo* como *tempo subjetivo*. Finalmente, tomando por base esta natureza temporal da percepção do tempo, sugerir-se-á um esquema explicativo para a nossa experiência quotidiana das assimetrias entre tempo subjetivo e tempo objetivo.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção, tempo de percepção, percepção do tempo.

PERCEPTION, TIME OF PERCEPTION, PERCEPTION OF THE TIME

ABSTRACT: *From a conceptual point of view, time is independent of its experience. That is: it can be given a conceptual description of time without any reference to terms related to the subjective consciousness of time. But concerning a phenomenology of that subjective experience of time, it can be showed that such experience of time is, in itself, temporal. The very same terms employed in a conceptual description of time – terms like "change" and "duration"– are implied in the phenomenological description of every perception, including perception of time. This authorizes a characterization of subjective time experience as subjective time. At last, based on temporal nature of perception of time, I will suggest an explanation for our common experience of asymmetries subjective time and objective time.*

KEY WORDS: *Perception, time of perception, perception of time.*

Conceptualmente, o tempo é independente da sua experiência. É possível dar dele uma descrição conceptual sem que nela ocorram termos que se reportem à experiência do tempo por parte de um sujeito consciente. Mas já sob um ponto de vista fenomenológico, pode-se caracterizar a *experiência subjectiva do tempo* como sendo ela mesma temporal, o que justifica a expressão de um *tempo subjectivo*, coincidente com a sua experiência. De acordo com um modelo esquematizado de percepção que começaremos por apresentar, procuraremos evidenciar que este tempo subjectivo é a relação de mudança/duração entre *actualizações vividas* subjectivamente e um *contínuo experiencial*. Tal contínuo é explicitável como resultado de uma *retenção* das actualizações e explica a experiência da consciência como fluxo temporal de experiências. As quantidades de tempo subjectivo vivido são sensíveis ao grau de atenção, pelo que se fornece assim um princípio de explicação para as assimetrias entre tempo subjectivo e tempo objectivo.

1. A PERCEPÇÃO COMO PROCESSO: CICLOS E FASES

a) Ciclos do processo perceptivo: campo objectal, estrutura objectal e objecto

Toda a percepção envolve um discriminado perceptivo; contudo, atendendo à natureza processual da percepção – trata-se de um processo no qual se podem identificar fenomenologicamente diversos ciclos –, assinalar-se-á que a boa discriminação perceptiva (não se dirá a perfeita) é o ciclo culminante de um progresso discriminativo que envolve a delimitação de um *campo objectal*, a fixação de uma *estrutura objectal* e, finalmente, a identificação de um *objecto*.

Por exemplo, sejam, em certa circunstâncias, más as condições de percepção, e diga um dado sujeito de percepção "Parece-me que há ali alguma coisa". A expectativa neste juízo de percepção é a de que seja o que for que esteja ali se tratará necessariamente de alguma coisa e não de nada. O olhar do sujeito procurará, pois, ver um objecto onde ainda não vê um objecto, procurará identificar-lhe o que o distingue enquanto objecto no pouco que se dá a ver, atendendo às débeis condições para o exercício do ver. Ora, enquanto se confronta apenas com uma expectativa

de objecto, o sujeito de facto não constitui empiricamente nenhum objecto. E no entanto uma expectativa objectal é intencionada, naturalmente uma expectativa carente de progresso. Tal progresso dependerá então da iteração da percepção, num processo que se desenvolve por ciclos.

Num primeiro ciclo do processo perceptivo, o olhar do sujeito de percepção, ao procurar ver um objecto, tenta reconhecer no pouco que vê, tenta circunscrever no campo perceptivo global, um campo menos extenso onde localizar o objecto, um *campo objectal*. Por campo objectal entende-se a parcela do campo perceptivo global em que recai a expectativa de encontrar o objecto e que é, portanto, a extensão de campo que recebe a atenção perceptiva. Este campo objectal distingue-se de um objecto de percepção por não comprometer ainda nenhum componente objectivante. Por exemplo, quando, na penumbra, se reconhece uma deslocação que se procura atestar como deslocação *de alguma coisa*, fixa-se a extensão em que ela ocorre como um campo objectal, mas sem que se disponha ainda de algo que seja do próprio objecto. Trata-se da marcação de um campo espacial, uma marcação meramente topográfica que ainda nada contém de objectivante.

Num segundo ciclo, já fixada a atenção perceptiva num campo objectal, o "olhar" procurará reconhecer nele algum componente objectivante, isto é, algum componente de uma *estrutura objectal*, a qual, porém, também não é ainda o objecto de percepção. Por estrutura objectal entender-se-á, já não a extensão do campo em que o objecto – de acordo com uma expectativa mais ou menos bem fundada – deverá localizar-se topograficamente, mas a extensão do objecto propriamente dito, embora apenas enquanto este ainda permanece por reconhecer. Por exemplo, quando, na penumbra, se reconhece certo contorno, certo conjunto de linhas, certa mancha, fixa-se a extensão em que estes componentes ocorrem *como* uma estrutura objectal, conquanto não se consiga ainda dizer de que objecto se trata efectivamente.

Num terceiro ciclo, a submissão dos componentes, na sua relação com a estrutura objectal (dado indispensável pois é através dele que se pode fundar uma expectativa de proporção e de relevância dos componentes face ao todo objectivo), à memória do sujeito activará e actualizará um *objecto* de percepção.

Com este terceiro ciclo não se dá por concluído o processo perceptivo; bem pelo contrário dir-se-á que tal processo – de natureza iterativa– se aprofunda com a entrada em jogo dos operadores da percepção objectiva, a saber, operadores epistémicos como a *interpretação* e a *descrição*, mediados por uma grandeza de crença que se visa maximizar.

Note-se que a actualização de conteúdos de objecto não ocorre apenas após a actualização dos componentes objectivantes como se estes fossem identificados na sua totalidade antes da expectativa de um dado *perceptum* surgir. Na verdade, a atenção perceptiva é desde cedo orientada por um conteúdo de objecto já actualizado quando ainda procede ao reconhecimento e actualização de novos componentes objectivantes. Aliás, é justamente pelo facto de esta actualização de novos componentes objectivantes ser concordante, ou não, com a expectativa de dado *perceptum*, que se “mede”, por assim dizer, o grau de crença que esse *perceptum* alcança.

Só se obterá uma boa percepção quando se alcançar a maximização da crença. E para isso o *perceptum* actualizado serve como fio condutor do processo perceptivo. Dito ainda de outro modo: está para os componentes objectivantes como uma *hipótese interpretativa* para o trabalho corroborante de uma *descrição* por si orientada.

Nestes termos, a relação entre os componentes objectivantes e a estrutura objectal dá lugar, uma vez suscitada uma expectativa, mais ou menos bem fundada, de *perceptum*, à relação entre esses mesmos componentes objectivantes e o *perceptum* objectivo propriamente dito. Mas, no essencial, tais componentes – linhas, manchas, contornos, etc.– são apercebidos exactamente como o são os objectos. Não haveria deles alguma consciência senão mediada por um apercebimento que envolve uma sequência de fases características de todo o ciclo de percepção e que não dispensam o trabalho de uma memória.

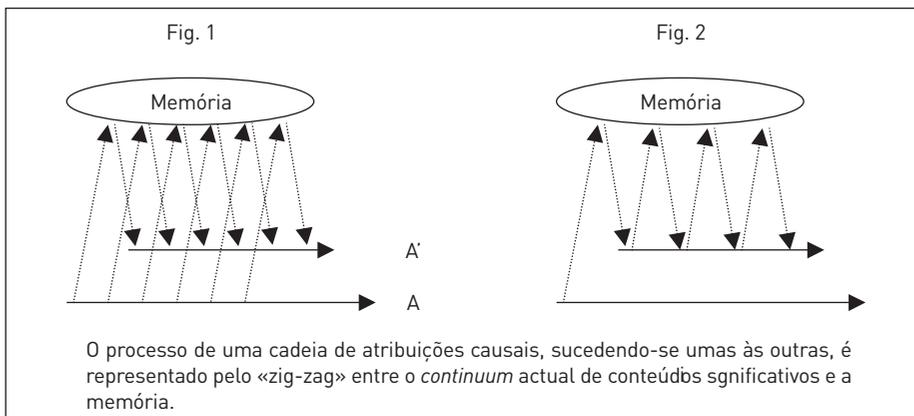
b) Três Fases do ciclo perceptivo: Submissão, activação, actualização

Toda a actualidade para uma mente é experiencial. No entanto, se a actualidade sensorial ou hilética é também experiência de uma mente, tal facto não lhe garante nenhuma espécie de acesso consciente à sua matéria sensorial. Importa, aqui, distinguir entre experiência (sempre caracterizável como actualidade e inactualidade) e acesso consciente à experiência, ou ainda, entre a experiência *de* uma mente e a experiência *para* um sujeito consciente. A partir do momento em que é possível evidenciar que o material sensorial é actual não há razão para o não considerar experienciado. A sua percepção não é uma condição necessária da sua experiência.

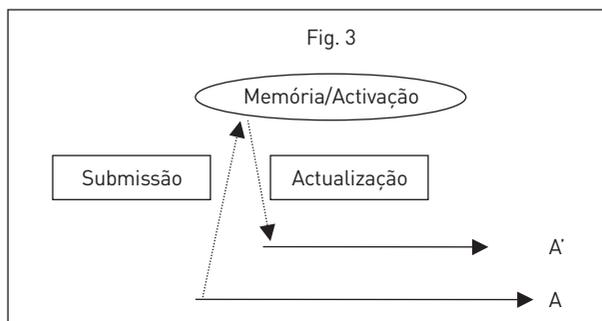
Posta a distinção entre duas instâncias de actualidade, uma hilética ou sensorial e outra significativa ou perceptual, é possível descrever o processo de reconhecimento perceptivo, nos seus traços mais elementares, como um processo em que da submissão à Memória do sujeito de um dado conteúdo sensorial actual decorre, como resultado, a actualização –num segundo contínuo, dito significativo– de um dado conteúdo perceptivo.

Esquemáticamente, uma cadeia de ciclos conducentes a uma percepção objectiva deixa representar-se pela Fig. 1. É interessante notar, desde já, como este processo perceptivo, baseado em ciclos reiterados, se distingue claramente de um processo de associação de ideias desencadeado por uma percepção. Com efeito, na associação de ideias, diversamente do que sucede na percepção, os ciclos envolvem apenas o *contínuo actual significativo* (A'), exceptuando-se um primeiro momento, inicial, que desencadeie perceptivamente o processo. Já a percepção requer uma contínua retoma, ainda que sob sucessivos ciclos, do conteúdo sensorial actual presente na *actualidade hilética* (A).

A Fig. 2 esquematiza esta diferença.



O esquema mais geral do processo perceptivo revela-nos, para cada ciclo, três fases consecutivas – em primeiro lugar, uma *fase de submissão* de material à Memória do sujeito; em segundo lugar, uma *fase de activação* de um determinado conteúdo significativo na Memória; em terceiro lugar, uma *fase de actualização* do conteúdo activado no contínuo actual significativo. Representamo-las assim:



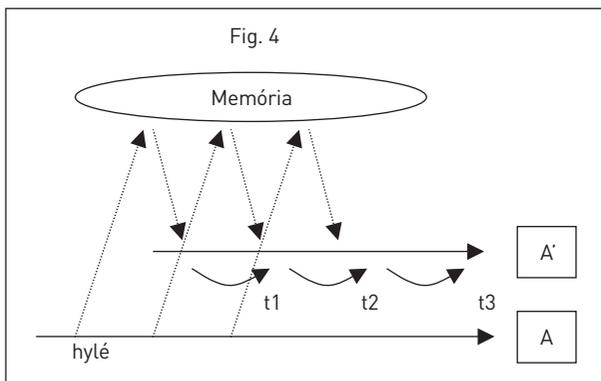
Relativamente a estas três fases do processo perceptivo, há um conjunto de aspectos a ter em conta quer no que diz respeito à *relação inter-fásica* que compõe um ciclo do processo perceptivo, quer no que se reporta a cada uma das *etapas intra-fásicas*.

Inter-fasicamente, o primeiro facto fenomenológico a explicitar resume-se ao *carácter consecutivo mas não neces-*

sitado da passagem do processo perceptivo de uma fase à seguinte. Ou seja: da submissão de um certo material sensorial à Memória não se segue necessariamente que a Memória chegue a activar um certo conteúdo que lhe correspondesse, por um lado, e sucedendo tal activação de um conteúdo, dela não se segue necessariamente a actualização desse conteúdo no contínuo actual significativo, por outro. Dois exemplos ilustram bem este carácter contingente da passagem inter-fásica da percepção: a sobreposição de um esforço perceptivo a um outro em curso e que se vê, assim, interrompido, e o caso das experiências de ver confuso. No primeiro exemplo, o facto de a atenção sobre um dado material sensorial ser repentinamente sobrelevada pela necessidade de dirigir a atenção para outro material sensorial – pense-se num grito de socorro – interrompe o curso de uma percepção seja qual for a etapa fásica em que ele se encontre. Já na circunstância de um ver confuso – usemos de exemplos de penumbra – é o próprio processo perceptivo que não é capaz de se completar, por não conseguir, na fase de activação, obter uma clara activação deste ou daquele conteúdo, em contraste com outros.

Ainda inter-fasicamente, o segundo facto a dever ser explicitado é o *carácter recursivo* ou *cíclico* do processo perceptivo, o qual no seu curso tende – tanto mais quanto mais difícil for a percepção em causa – a realizar mais do que uma submissão, à Memória, de material sensorial. Este facto é por si só bastante evidente pois uma eventual limitação a apenas uma consulta do material hilético

resultaria muito arbitrária e contra-intuitiva. Com efeito, nas experiências de ver confuso, um sujeito esforça-se por submeter *mais* material hilético à Memória na expectativa de que seja superada a dificuldade perceptiva. Mas existe um outro tipo de considerações que sustentam este carácter recursivo do processo perceptivo. Com efeito, já pudemos argumentar atrás no sentido da existência de uma estratificação da percepção, envolvendo pelo menos os seguintes níveis de estratos hierarquizados: primeiramente, o de uma segmentação de um *campo espacial objectal* no seio do campo de percepção; em segundo lugar, o da fixação de componentes objectivantes numa *estrutura objectal*; e, finalmente, o da actualização de um *objecto de percepção*. Ora, tal estratificação implica a sucessão de vários ciclos inter-fásicos, cada um relativo a cada um dos estratos da percepção.



Note-se que a estratificação da percepção pressupõe que a actualização de conteúdos nos ciclos inter-fásicos anteriores seja preservada na passagem às actualizações resultantes dos ciclos posteriores. Dito de outro modo, no processo inter-cíclico, que realiza a individuação da objectividade percebida, há *retenção* das actualizações anteriores nas posteriores.

Note-se também que este carácter recursivo ou cíclico do processo perceptivo permite dar resposta às perguntas sobre o modo como chega a haver uma antecipação da *intentio*, condição para que chegue a haver uma *intuitio* real. É que uma mente não começa simplesmente por ter a expectativa de ver, por exemplo, um pato e, depois,

sabe-se lá por que arte de adivinhação, chega mesmo a ver um pato. A sucessão dos ciclos a que corresponde uma estratificação dos *percepta* é acompanhada por uma estratificação das expectativas perceptivas, de tal modo que num primeiro ciclo a expectativa começa por se reportar apenas à presença em campo de um objecto, depois, num segundo ciclo, à de uma certa estrutura objectal e, finalmente, apenas no último ciclo, a expectativa se reportará a um certo objecto, um pato por exemplo. Se uma mente chega, pois, a esperar ver um pato é porque, em fases anteriores, nos conteúdos por elas actualizados, se apresenta uma certa estrutura objectal que induz tal expectativa.

Intra-fasicamente, notemos apenas a contingência na fase da submissão, a primeira fase do ciclo mental. A submissão do material sensorial (ou hilético) à Memória pode ser voluntária, embora no caso de uma percepção normal seja espontânea. Por exemplo, no esforço em perceber alguma coisa em certo material há evidentemente uma voluntariedade na submissão. Fora casos como estes, a submissão decorre espontaneamente, *i.e.*, sem o concurso da vontade do sujeito da mente.

A submissão pode ser entendida como um *acto de atenção*, pelo qual um certo estímulo é conduzido à Memória, tendo por efeito esperado a activação de certos conteúdos memorizados e sua actualização no contínuo actual significativo.

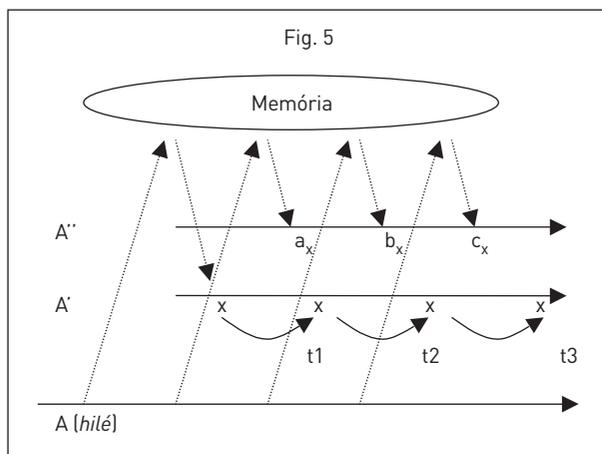
Se, por um lado, temos que a submissão pode ser voluntária ou involuntária, por outro, importa notar o facto de que a submissão não decorre necessariamente da presença de novos estímulos. A submissão pode suceder, e é natural que assim seja, mas pode também não suceder. O simples facto de uma boa percepção ter sido atingida – o que é determinável pelo satisfação do princípio da maximização da crença – é suficiente para que a mente deixe de realizar o esforço de submissão, seja ele protagonizado voluntariamente pelo sujeito da mente, seja ele apenas função do processo *espontâneo* da mente (e *passivo* do ponto de vista do sujeito de vontade). Por outro lado, diferentes índices de atenção de uma mente – empiricamente mensuráveis por recurso a testes – reflectirão, muito naturalmente, índices diferenciados de submissão. Adiante procuraremos evidenciar que tais variações se traduzem em variações na percepção subjectiva do tempo.

2. INTERPRETAÇÃO DO MODELO HUSSERLIANO NO ESQUEMATISMO PROPOSTO

Expostos os patamares intra-fásico, inter-fásico e intercíclico do processo perceptivo, tal como os propusemos no parágrafo anterior, e subentendendo o modelo husserliano de constituição passiva do objecto de percepção na consciência imanente do tempo, um novo nível de consideração é suscitado a respeito da identificação do *sentido objectivo* dos *percepta* e também a propósito da necessidade de concretizar a distinção entre esse *sentido objectivo* dos *percepta* e o *sentido lógico* próprio à actividade predicativa do juízo.

Começemos pelo que concerne ao desenvolvimento de uma "ex-plicação" fenomenológica. Tal como Husserl a expõe em *Experiência e Juízo*, ela envolve, como sua condição, o desdobramento do contínuo actual significativo em dois, A' e A'', sendo que em A' é actualizada e retida a objectividade na posição de *explanandum* e em A'' são actualizados os conteúdos na posição de *explanans*.

Assim, sendo x a objectividade a ex-plicar e a_x, b_x, c_x os conteúdos nela ex-plicados, obtém-se a seguinte modificação do nosso esquema perceptivo:

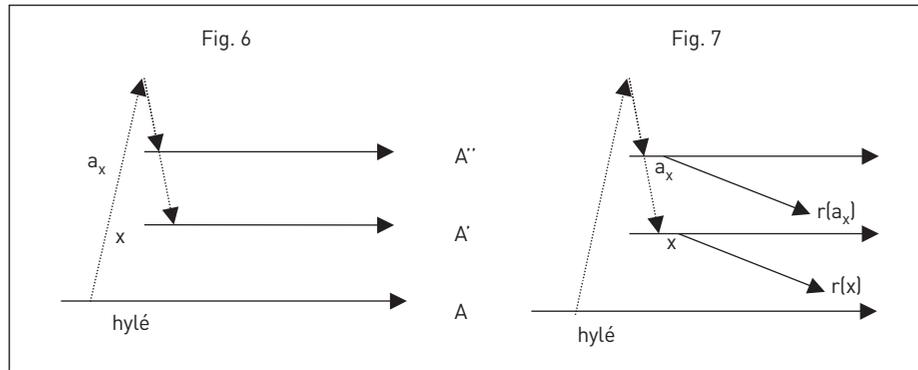


Na ex-plicação fenomenológica de uma percepção, a mesma *hylé* que está na origem da actualização perceptiva da objectividade x, está na origem de outras objectividades a_x, b_x, c_x . Dando-se a retenção da actualidade de x, os componentes a_x, b_x, c_x são actualizados sobre a actualidade de x.

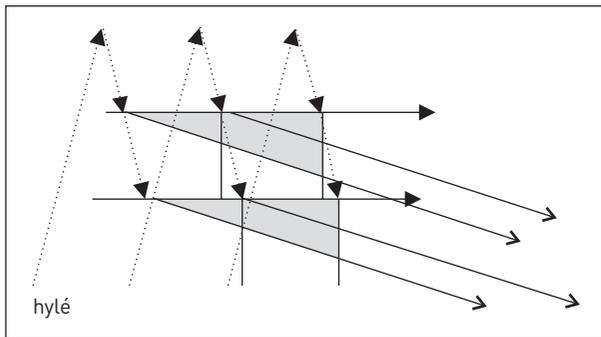
Observe-se, contudo, que o x não se preserva actualizado ao longo do contínuo temporal apenas em virtude da retenção inerente à própria forma da consciência temporal, pois essa é uma condição de todo o aparecer consciente, a saber, que se converta numa retenção em progressiva modificação até à sua desapareição. Na verdade, o que a distingue da simples retenção, a esta preservação de x ao longo do processo de explicação perceptiva, é o facto de x tornar a ser, a cada nova submissão do material hiletico, uma vez mais actualizado (Fig. 5). Com efeito, a actualização de x não se limita a preceder as actualizações de a_x, b_x, c_x , como se estas não a implicassem. Antes as acompanha de forma necessária, pois, se cada uma destas é activada, é-o forçosamente sobre a activação de x. Assim, sucede, pois, que a uma mesma submissão se seguem duas actuações e correspondentes actualizações.

Esta dupla actualização, em sobreposição significativa, tem a particularidade de fazer com que o x e o a_x (ou os b_x, c_x) venham à presença em simultâneo e se modifiquem, também simultaneamente, em retenção até à desapareição simultânea de ambos (Fig. 6 e 7). Partilham, pois, a mesma unidade temporal. Se todos os aspectos a_x, b_x, c_x se constituem como aspectos de x (e não x aspecto de cada um deles) é pela simples razão de que, ao longo do curso da explicação perceptiva, cada novo aspecto é actualizado literalmente sobre a mesma actualidade x, de cada vez revivescida (e não o inverso). Note-se que é a vivência da coincidente unidade temporal entre o objecto de percepção e o seu aspecto, embora cada um dispondo da sua, ou seja, a vivência das simultâneas aparição, modificação para o passado imediato e desapareição, que estabelece o elo objectivo entre a coisa e o seu aspecto. Este consiste naquilo que resulta activado para lá do x e que, em consequência disso, é co-actualizado com x.

Os resultados esquematizados da presente proposta de teorização do processo perceptivo podem enquadrar os resultados esquematizados por Husserl nas *Lições* de 1905 sobre a consciência imanente do tempo. Com efeito, se se representar, de acordo com a nossa esquematização, uma sucessão de aspectos a_x, b_x, c_x , *qua* aspectos de x – isto é, de tal modo que, para a actualização de cada um, tenhamos que a sua unidade temporal seja acompanhada pela unidade temporal de x e com ela coincida – , obtém-se a Fig. 8, na qual se encontra inscrito, a sombreado, o célebre triângulo rectângulo com que Husserl representa



a modificação contínua do *agora* da consciência em imediatamente passado e deste no seu imediatamente passado num progressivo afundamento.



Notar-se-á, evidentemente, que são, não apenas um, mas dois os triângulos de Husserl inscritos na nossa representação. Tal só pode ser atribuído, segundo a teorização proposta, a um desdobramento, sempre possível, do contínuo actual significativo, desdobramento no presente caso necessário, em virtude da dupla actualização de conteúdos da memória do sujeito. Não fora esta dupla actualização efectuada em dois contínuos distintos (A' e A''), mas, por suposição, num só (A'), e o que se obteria seria um resultado inteiramente diverso. Em vez de se obter a_x *qua* aspecto de x , em que x é uma entidade individual, e a_x apenas um momento dessa entidade, obter-se-ia uma das duas seguintes situações:

- Ou a actualização de duas entidades individuais contemporâneas, isto é, objectivamente conectadas no tempo,

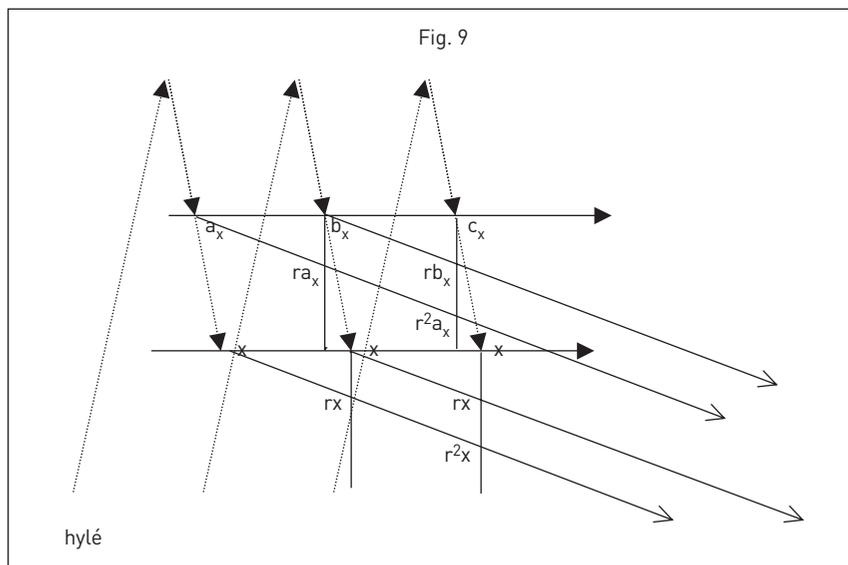
mas sem que, entre elas, houvesse outro nexa, designadamente sem que, de ambas, se pudesse afirmar tratar-se da mesma entidade.

- Ou, no caso de a_x e x não se encontrarem previamente individualizados, a actualização de uma só entidade, que não seria nem a_x nem x , mas sem que nela houvesse qualquer diferenciação entre a_x *qua* aspecto e x *qua* objecto de que a_x fosse aspecto.

A particularidade que permite experienciar a diferença entre uma entidade e um seu aspecto é o facto de se verificar, pois, uma dupla actualização, mas em contínuos distintos, particularidade que possibilita a permanente actualização de x como entidade individual distinta dos seus aspectos, vivida *qua perceptum* subsistente, independentemente do aspecto particular com que aparece. O corte transversal do triângulo resultante de A' reflecte esquematicamente esta independência da subsistência do x percebido face a este, aquele ou aqueloutro aspecto particular, pois mais não revela do que a série $x-rx-r^2x-r^n x$. Somente no triângulo resultante da modificação temporal de A'' é que encontramos, em corte transversal, a série $c_x-rb_x-r^2a_x$ (Fig. 9).

Finalmente, só pelo desdobramento da actualidade significativa em A' e A'' – esta como que sobreposta naquela, ambas modificando-se de acordo com a lei do fluxo temporal da consciência–, se compatibiliza a experiência de um aspecto de x com outros seus aspectos.

Outra forma de explicação perceptiva consiste num deslocamento da atenção perceptiva do x para um seu aspecto a_x , mas de tal modo que este aspecto seja tomado como objectividade independente, visada em *primeiro plano*, ao



passo que o x de que é aspecto é remetido para um *pano de fundo* da atenção perceptiva. Nesta circunstância, o desdobramento da actualidade significativa em A' e A'' não é acompanhado pela activação e actualização de x em A' . Sucede que em A' a activação de conteúdos é desinvestida pela atenção, daí decorrendo, em consequência, uma rarefacção dos conteúdos actualizados, bem como uma rarefacção das próprias actualizações.

3. O PROCESSO MENTAL EM A'' COMO RELÓGIO DO TEMPO SUBJECTIVO

Este último ponto é particularmente importante, pois introduz na teorização em curso a necessidade de distinguir "tempos" de ciclos mentais, de tal modo que o tempo objectivo transcorrido entre dois ciclos trifásicos completos varie consoante se trate de uma apreensão perceptiva em primeiro plano ou de uma em pano de fundo. Enquanto nesta o tempo que medeia dois ciclos tende a aumentar, rarefazendo as activações e as subsequentes actualizações, o que fica a dever-se a um desinvestimento da atenção, já naquela que recebe a maior parte da atenção perceptiva, esse mesmo tempo inter-cíclico medido por um relógio diminui.

Perguntar-se-ia como pode a atenção suscitar uma diminuição do tempo inter-cíclico no contínuo em primeiro plano. A esta pergunta responde-se com a possibilidade de a atenção incrementar o ritmo de submissões à memória do sujeito e, portanto, com isso, aumentar o ritmo de activações e de actualizações. Por outro lado, perguntar-se-ia como pode a atenção suscitar um aumento do tempo inter-cíclico no contínuo em pano de fundo, mas a isto, por seu turno, responde-se com a possibilidade da mente não actualizar todas as activações de certo tipo (aquelas que se repetiriam) da memória.

Sejam exactamente estas as variáveis em jogo, ou sejam outras, é perfeitamente possível explicar fenómenos trivialmente expressos como sendo "deslocações da atenção", "para um pormenor" ou, revertendo o processo, "para o todo", ou simplesmente algo como sendo a obediência ao apelo "não prestes atenção a isso, mas àquilo", tudo isto através da gestão dos tempos inter-cíclicos, tal como se deixam descrever dentro do nosso modelo de processo perceptivo.

Esta mesma variação dos tempos inter-cíclicos permite dar conta da variação do ritmo com que o sujeito de uma mente vive o tempo. Com efeito, num contínuo significativo caracterizado por um tempo inter-cíclico menor ter-se-á que um corte transversal desse contínuo, comparativa-

mente ao corte transversal de outro contínuo caracterizado por longos tempos inter-cíclicos, revelará, em termos relativos, uma maior distância face à actualidade para um mesmo "agora" modificado em retenção. Entre ambas as situações, a diferença residirá numa maior vivência da mudança própria ao fluxo temporal quanto menor for o tempo inter-cíclico. Por outras palavras, se os tempos inter-cíclicos diminuem, então a vivência subjectiva do fluxo do tempo será mais recorrente; se os tempos inter-cíclicos se alongam, então a vivência subjectiva desse mesmo fluxo será mais esparsa.

Note-se que este dado parece ser infirmável pela popular impressão de que quanto maiores os índices de atenção de um sujeito, quanto maior a sua concentração, mais depressa parece passar o tempo objectivo que medimos nos relógios. Mas, tal infirmação é aparente, pois, na verdade, sucede necessariamente, em circunstâncias de atenção esforçada (desde que não ao próprio passar do tempo), um desdobramento da actualidade significativa em um pano de fundo (A') e um visado em primeiro plano (A''), o que faz com que intervalos inter-cíclicos menores em A'' sejam acompanhados por intervalos inter-cíclicos maiores em A'. Nestes termos, uma atenção esforçada, face a uma atenção sem esforço, ao aumentar os tempos inter-cíclicos do processo mental em A' suscita a impressão de que decorreu um certo lapso de tempo inferior ao lapso de tempo medido por um relógio. Isto porque a medição deste tempo objectivo (medido pelos relógios) é correspondida, subjectivamente, pela vivência da menor *sucessão* de ciclos mentais, mas não pela vivência da sua maior *periodicidade* (i.e, o tempo objectivo que medeia duas actualizações)¹. Então, para uma certa sucessão de ciclos um sujeito vai estimar um certo lapso de tempo objectivo inferior ao de facto decorrido se a periodicidade desses ciclos for superior ao valor normal. Um exemplo evidente encontra-se na necessidade de um estudante, aquando a realização de um exame escrito, de proceder a um constante acerto do seu

"relógio interior" perguntando que horas são no momento e pasmando-se não raras vezes com o tempo (objectivo) que entretanto já passou.

Poder-se-ia ainda ser levado a pensar que há circunstâncias que configuram contra-exemplos a esta ideia de que o tempo objectivo passa mais depressa sempre que nos encontramos mais concentrados. Por exemplo, todas aquelas circunstâncias marcadas por ansiedade face a um qualquer acontecimento futuro, seja o início de um exame, que parece nunca mais começar para o examinando, seja um parto, que parece nunca mais acabar para uma futura mãe, etc. Circunstâncias como estas parecem configurar um evidente contra-exemplo ao exposto, pois não é o caso que nestas os protagonistas não estejam muitíssimo mais activos do que em circunstâncias normais. A explicação, porém, não é difícil. Aliás, faz destes casos figuras exemplares do fenómeno em causa. É que em circunstâncias de ansiedade o mais característico é a incapacidade de "ocupar" a vida mental, de a conduzir a realizar outro processo mental além de prestar atenção ao passar do tempo (em A'). Popularmente, diz-se que o bom seria distrair o ansioso, ou seja, desviar a sua atenção para qualquer coisa que o entretenha, o faça pôr em marcha o processo mental em A''. Confirmam, pois, estes exemplos a correlação entre vivência subjectiva do tempo passado e a vivência do processo mental em A''.

Ora, não fora esta variação dos tempos inter-cíclicos e dificilmente se poderia encontrar uma explicação adequada aos dois fenómenos descritos, o da vivência "acelerada" ou "mais lenta" do fluxo do tempo, por um lado, e o da vivência de um desacerto entre o tempo objectivamente passado e o tempo subjectivamente passado, por outro. Em suma, a vivência subjectiva do fluxo temporal e a vivência subjectiva de tempo passado são tanto maiores quanto maior for o processo mental em A''; por isso, concluímos que o ciclo mental é a unidade subjectiva do relógio mental.

NOTE

1 Neste ponto, aproximamo-nos de forma evidente do pensamento de John Locke, em *An Essay concerning Human Understanding*, sobre a na-

tureza do tempo – "A atenção que pomos nas ideias da nossa mente e que nela aparecem, umas após as outras é o que nos fornece a ideia da sucessão e da duração, sem a qual careceríamos completamente

Recibido: 5 de noviembre de 2007

Aceptado: 8 de enero de 2008

de tais ideias. Não é, portanto, o *movimento* mas a série constante de *ideias* na nossa mente, enquanto estamos acordados, que nos fornece

a ideia de duração" (Locke, 1690: 237). Leia-se também - "examinando o que acontece na nossa mente, e como ali, da série das nossas ideias,

constantemente desaparecem umas e aparecem outras, adquirimos a ideia da *sucessão*" (Locke, 1690: 248-249).